

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2003 A 2018

FINANCIAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF PUBLICATIONS IN BRAZILIAN JOURNALS FROM 2003 TO 2018

EDUCACIÓN FINANCIERA: UN ANÁLISIS DE LAS PUBLICACIONES EN REVISTAS BRASILEÑAS DE 2003 A 2018

Milene Teixeira Carneiro, MSC

Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET/MG/Brazil
milene.adm@hotmail.com

Lúcia Andrea Costa Silva, BEL

Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET/MG/Brazil
luandreacv@gmail.com

Hudson Fernandes Amaral, Dr.

Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET/MG/Brazil
hfamaral@gmail.com

Felipe Dias Paiva, Dr.

Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET/MG/Brazil
fpaiva@cefetmg.br

RESUMO

A Educação Financeira vem ganhando grande destaque no Brasil. Sua relação com os cidadãos está no comportamento financeiro, empoderando-os e trazendo benefícios ao sistema financeiro e economia do país. O governo brasileiro instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, em 2010. Desde então, a educação financeira passou a ser uma política de Estado, envolvendo instituições públicas e privadas. Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi analisar a evolução das publicações nacionais sobre o tema, no período de 2003 a 2018. Trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter bibliométrico, com 342 publicações identificadas e analisadas. Observou-se que, entre 2003 a 2010 a média anual era de 4 trabalhos publicados sobre o tema, após 2011, o número de publicações aumentou consideravelmente, atingindo uma média 38 trabalhos anuais, porém não se pode inferir sobre as prováveis causas desse aumento.

Palavras-chave: Educação Financeira; Estudos Acadêmicos; ENEF.

ABSTRACT

Financial Education has gained great prominence in Brazil. Its relationship with citizens is in financial behavior, empowering them and benefits the country's financial system and economy. The government instituted the National Strategy for Brazilian Institutional Education – ENEF, 2010. Since then, financial education has become a State policy in Public and Private Finance. Therefore, this work analyzed the evolution of national publications on the subject, from 2003 to 2018. It is a bibliometric description with 342 publications, published and character research. It was observed, between 1003 to 20 published works on the subject, after being injured of increase11, the number of publications increased, between 1003 to 20 published works on the subject, after 20 years, however it cannot have occurred in 20 works annual increases over an average of 38, launched00, but there cannot have been 20 annual increases over an average, but it cannot be proved that it was this increase.

Keyword: Academic Studies; Financial Education; ENEF.

RESUMEN

La Educación Financiera ha ganado gran protagonismo en Brasil. Su relación con los ciudadanos está en el comportamiento financiero, empoderándolos y beneficiando al sistema financiero y económico del país. El gobierno instituyó la Estrategia Nacional de Educación Institucional Brasileña – ENEF, 2010. Desde entonces, la



educación financiera se convirtió en una política de Estado en las Finanzas Públicas y Privadas. Por lo tanto, este trabajo analizó la evolución de las publicaciones nacionales sobre el tema, de 2003 a 2018. Es una descripción bibliométrica con 342 publicaciones, publicados y de carácter investigativo. Se observó, entre 1003 a 20 trabajos publicados sobre el tema, luego de lesionado de aumento¹¹, el número de publicaciones aumentó, entre 1003 a 20 trabajos publicados sobre el tema, luego de 20 años, sin embargo no puede haber ocurrido en 20 trabajos aumentos anuales sobre un promedio de 38, lanzado⁰⁰, pero no puede haber 20 aumentos anuales sobre un promedio, pero no se puede probar que fue ese aumento.

Palavras chave: Educação Financeira; Estudos Acadêmicos; ENEF.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da vida e a todo momento, os indivíduos precisam realizar diversas escolhas financeiras. Algumas são simples, enquanto outras são mais complexas. Para efetuar o devido pagamento, investimento ou tomada de crédito, as pessoas necessitam de informação e de algum conhecimento financeiro. Esse conhecimento é definido como educação financeira (LUSARDI, 2007).

É através de uma educação financeira que consumidores são orientados nas melhores formas de gerir a própria renda, poupar e direcionarem as melhores escolhas em sua relação com o dinheiro. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, das mudanças demográficas, econômicas e políticas (OCDE, 2004). Entende-se que ter conhecimento em juros, modelos de taxas e saber lidar e calcular os riscos são necessários para a assertividade nas escolhas de investimentos (LUSARDI, 2009; BERNHEIM 1997).

Sendo assim, o tema educação financeira tem se destacado nos assuntos políticos e sociais das nações. A relação entre educação financeira e os cidadãos é centrado no comportamento e práticas financeiras, que os empoderam e, conseqüentemente, ocasionando benefícios ao sistema financeiro e a economia de um país.

Contemplando tal relevância, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2003, iniciou as atividades relacionadas à educação financeira, alcançando em 2008 o reconhecimento pelo G8 (grupo dos oito países mais ricos e influentes do mundo) da importância da educação financeira e do papel de liderança da OCDE em escala global quanto ao tema. Desde então, a OCDE instituiu a Rede Internacional de Educação Financeira (*International Network on Financial Education – INFE*), sob a égide de seus comitês de Mercados Financeiros e de Seguros e Previdência Privada (OCDE, 2018).

O Brasil participa da INFE desde o início das atividades através do Banco Central do Brasil (BACEN) e ocupa um papel de destaque na Rede, atuando como membro do *Advisory Board* (Comitê Consultivo). Porém, desde os anos 2000, o país já desenvolvia ações de educação financeira baseadas em um programa de comunicação institucional, atuando no fomento e articulação de ações no âmbito da inclusão financeira, baseado no crescente reconhecimento internacional da importância desse tema para a estabilidade econômica e o desenvolvimento econômico e social em escala mundial (BACEN, 2018).

Em consonância com as atividades propostas, o governo brasileiro instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, através do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Assim, a educação financeira passou a ser uma política de Estado de caráter permanente, envolvendo instituições públicas e privadas de âmbito federal, estadual e municipal com os objetivos: a) promover a educação financeira e previdenciária; b) aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração

dos seus recursos; e c) contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (BRASIL, 2010).

A educação financeira propõe em uma instância maior, possibilitar aos indivíduos um melhor resultado na sua relação com o dinheiro. No Brasil agentes financeiros como o Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CMV) atuam como facilitadores ao tema. O BACEN possui um programa que orienta a sociedade a respeito dos assuntos econômicos, fazendo com que a população possa compreender as atividades financeiras e as necessidades de um planejamento das finanças pessoais (BACEN, 2018). A CVM viabiliza palestras e *workshop*, prospectos e informativos gratuitos sobre a educação financeira e assessoria ao investidor (CVM, 2018). Há ainda outras instituições com o mesmo propósito: Federação Brasileira de Bancos, Associação Nacional de Investimento, Bolsa de Valores de São Paulo, Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, entre outras.

Em relação a poupar ou investir, grande parte da população não possui uma cultura de poupança e nem conhecimentos suficientes para escolher a decisão de investimentos mais adequada à sua realidade e, conseqüentemente, esses indivíduos possuem maior dificuldade para planejar o futuro e atender as suas necessidades básicas. O conhecimento financeiro tem papel fundamental na determinação da taxa de poupança. O ato de poupar significa guardar parte da renda presente para ser utilizada no futuro (COSTA; MIRANDA, 2013).

Segundo o Modelo do Ciclo de Vida proposto por Modigliani e Brumberg (1954), o consumo e a poupança, em determinado período, dependem de expectativas de renda para a vida toda e não apenas da renda corrente. Assim, o estágio em que se encontra o indivíduo ou a família no ciclo de vida determina o nível de poupança.

Os estudos empíricos permitem deduzir que as pessoas de renda mais alta tendem a poupar mais para a aposentadoria e a apresentar uma taxa de poupança mais alta em relação às pessoas de baixa renda, ao longo da vida. Já os indivíduos de escolaridade mais elevada tendem a apresentar renda mais alta, conforme mostrado por Costa e Miranda (2013).

Vale ressaltar que, a partir da década de 70 começaram a se destacar os trabalhos focados nas finanças comportamentais com a divulgação do estudo seminal Teoria do Prospecto desenvolvida por Kahneman e Tversky (1979). Os autores afirmam que as decisões financeiras podem ser influenciadas por processos mentais e que atitudes não racionais dos agentes econômicos podem impactar o comportamento das variáveis financeiras. Mette e Matos (2014), com base na corrente teórica de finanças comportamentais, apresentam uma quantidade relevante de estudos que buscaram analisar se a formação financeira influenciava as decisões de consumo e investimento, apresentando como pressuposto que possuir maior conhecimento financeiro pode ajudar as pessoas a terem mais consciência das variáveis envolvidas neste processo, podendo contribuir para aumentar a eficiência na tomada de decisões de consumo e investimento.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução das publicações nacionais na área de educação financeira, disponibilizadas no portal de periódicos da CAPES, no período de 2003 a 2018, buscando, especificamente, verificar se houve aumento dos estudos sobre o tema.

Esta pesquisa justifica-se pela sua contribuição para análise da evolução dos estudos sobre educação financeira no Brasil, tema relevante, uma vez que pode ser entendido como a combinação de consciência, conhecimento,

habilidades, atitudes e comportamentos necessários para a tomada de decisões financeiras coerentes, a fim de alcançar o bem-estar financeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O setor financeiro com suas características e limitações contribui para o crescimento e desenvolvimento do país. A educação financeira insere o indivíduo a esse setor e o auxilia nas melhores escolhas dos produtos financeiros nele ofertados.

O referencial teórico está estruturado de forma a trazer as principais teorias e estudos que relacionados ao tema educação financeira.

2.1 Educação Financeira

A compreensão do funcionamento dos juros compostos, a diferença entre taxas reais e nominais e a compreensão de risco e retorno, assim como um conhecimento básico acerca de diversificação de riscos são conhecimentos mínimos que as pessoas precisam adquirir para lidar, diariamente, com decisões e escolhas financeiras (LUSARDI, 2009).

A OCDE (2005) acredita que a educação financeira ajuda os cidadãos a orçar e gerir seus recursos, como poupar e investir, e define educação financeira e os elementos que a compõem:

[..] é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, instrução, e/ou conselhos objetivos, desenvolva as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões fundamentais que contribuem para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 4).

Adicionalmente, a OCDE (2005) propôs os princípios e recomendações de educação financeira: a) a educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares; b) os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir em seu conteúdo aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses; c) o processo de educação financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, sendo um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, fazendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor; d) o envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores; e) a educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados

e a crescente complexidade das informações que os caracterizam; f) por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões e precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública; g) a educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente; h) as instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo ou aos serviços financeiros com consequências relevantes; i) os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros; j) os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Braunstein e Welch (2002) acrescentam que a educação financeira além do benefício pessoal, auxilia no desenvolvimento financeiro do país, podendo estimular a oferta de melhores serviços:

[...] participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas (BRAUNSTEIN; WELCH, 2002, p. 445).

Por outro lado, Fox, Bartholomae e Lee (2005) ressaltam que o desconhecimento em educação financeira propicia tendências de comportamentos próprios de investidores com pouca habilidade sobre o tema. Clark e outros (2006) complementam que tal desconhecimento pode favorecer o adiamento a uma reserva previdenciária, prejudicar a tomada de decisão assertiva em poupança, investimento e consumo, além de aumentar o grau de insegurança em relação ao risco e ao retorno dos investimentos.

Sendo assim, inserir a educação financeira no currículo escolar parece uma medida capaz de adicionar relevância, utilidade e pertinência no cotidiano dos estudantes, potencializando, a interface entre matemática e economia e, em especial, entre educação matemática e educação financeira (HOFMANN, 2013). Mandell (2005) apoia tal colocação, afirmando que a inserção do conteúdo de educação financeira no sistema de ensino amplia a expectativa de poupar.

Isto posto, o termo “alfabetização financeira” tem sido confundido com a “educação financeira” ou “conhecimento financeiro”, porém existem diferenças a serem destacadas. A “alfabetização financeira” vai além da educação financeira, pois este exige que os indivíduos tenham o entendimento e o apliquem de forma correta na gestão das finanças pessoais (HUSTON, 2010). O conceito de alfabetização é abrangente, uma vez que são múltiplas as vertentes conferidas à literacia, que é definida como capacidade de aceder, avaliar e usar informação (BRAGA; LOPES, 2009).

Huston (2010) afirma que a alfabetização financeira como sinônimo para comportamento financeiro é definida pelo grau de entendimento que o indivíduo utiliza as informações relacionadas às finanças pessoais. Desta forma, a alfabetização financeira é entendida como o conhecimento e a aplicação de capital humano especificamente às finanças pessoais, resultando em um comportamento capaz de elevar o bem-estar financeiro do indivíduo.

A alfabetização financeira envolve conhecimentos, compreensão e competências para lidar com questões financeiras, além de motivação capaz de fazer com que o indivíduo procure informação e conselhos para melhorar as atividades financeiras e adquirir confiança na tomada de decisões (POTRICH, 2016). Inclui ainda, a capacidade de decidir entre escolhas financeiras, discutir assuntos financeiros e monetários sem desconforto, planejar o futuro e responder de forma competente às situações do dia a dia que envolvem decisões financeiras, abrangendo acontecimentos na economia global (ORTON, 2007).

As competências financeiras devem ser adquiridas o mais cedo possível e a escola desempenha um papel fundamental nesta educação, uma vez que a alfabetização financeira é uma habilidade essencial na vida cotidiana (POTRICH, 2016). Os jovens deverão ser preparados para aprender sobre finanças pessoais e para a tomada de decisão. A boa gestão dos seus orçamentos tem consequências a nível individual e social. Os indivíduos com elevados níveis de alfabetização financeira estão melhor preparados para tomar decisões que lhes trazem benefícios imediatos, mas também para, de forma construtiva, apoiar e criticar o mundo económico em que vivem (POTRICH, 2016).

A educação financeira tornou-se um tema que vem gerando preocupação crescente em vários países e gerando uma evolução nos estudos sobre o tema. É importante o desenvolvimento de ações planejadas visando treinar e ensinar a população a lidar com as decisões financeiras, embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Mette e Matos (2014) ressaltam que o maior conhecimento financeiro pode ajudar as pessoas a terem maior consciência das variáveis envolvidas numa decisão, podendo contribuir para aumentar a eficiência na tomada de decisões.

2.2 Finanças Comportamentais

O objetivo das finanças comportamentais é identificar e compreender os comportamentos e o cognitivo que faz com que o indivíduo execute ou arrisca-se em erros sistemáticos de avaliação de valores, probabilidades e riscos. Dentro da perspectiva de Rogers, Ribeiro e Securato (2007), os indivíduos nem sempre atuam de forma racional, estando sujeitos a comportamentos dentro de uma ótica de ilusão cognitiva.

Em alternativa, Fonte Neto e Carmona (2006), afirmam que as finanças comportamentais têm como ponto central a investigação das interferências possíveis oriundos de fatores comportamentais e psicológicos que afetam as atividades dos investidores e como consequência, afetam também o mercado.

A solução proposta por Rogers, Ribeiro e Securato (2007), é a possibilidade dos indivíduos ou investidores, durante o processo de tomadas de decisão, utilizarem os erros como forma de lição e assim, analisarem as condições de risco com maior cautela. Porém, os autores salientam que fatores como a dissonância cognitiva, o excesso de confiança, as discrepâncias entre atitude e comportamento, o conservadorismo, o arrependimento, a falácia do apostador e a ilusão do conhecimento reduzem esse processo de aprendizagem.

Tais características que limitam ou afetam o processo de tomada de decisão racional foram abordadas na Teoria do Prospecto (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979), dentre outros pressupostos, os autores afirmam que as decisões financeiras podem ser influenciadas por processos cognitivos e que atitudes não racionais dos indivíduos podem impactar o comportamento das variáveis financeiras (METTE; MATOS, 2015)

Assim, Kahneman e Tvesky (1979), descrevem os efeitos cognitivos desse processo: a) o efeito certeza, em que o indivíduo valoriza mais os resultados positivos em relação aos resultados prováveis; b) o efeito reflexão, que traduz em uma reclusa total a perda, demonstrando um comportamento de aversão ao risco no que tange ao domínio dos ganhos; e c) o efeito isolamento, que se baseia nos processos decisórios contrários à utilidade esperada, evidenciando que os indivíduos apresentem um comportamento de aversão ao risco no domínio dos ganhos diante de possibilidades de ganho com a mesma utilidade esperada.

Segundo Rogers, Ribeiro e Securato (2007), o investidor, segundo as Finanças Comportamentais, avalia o risco de um investimento com base em um ponto de referência a partir do qual mede ganhos e perdas.

Para Kahneman e Tverski (1979) os investidores sentem mais dor à perda do que ao prazer do ganho, ou seja, para um mesmo valor monetário, a percepção de dano gerado por uma perda é cerca de 2,5 vezes maior do que a sensação de benefício produzido pelo ganho.

Desde modo, as especificidades culturais, econômicas e sociais dos indivíduos é uma condição importante. A conveniência nesse contexto, pressupõe uma discussão antecedente que avalie e estabeleça quais são os valores e princípios que norteiam o ensino de conceitos financeiros, para definir quais seriam as ênfases temáticas econômica e socialmente relevantes e quais as melhores formas de inserção do tema no currículo escolar de cada país (HOFMANN, 2013).

2.3 Poupança e Renda

No contexto de recursos limitados, a educação financeira pode desempenhar um papel importante para ajudar os indivíduos a gerirem e preservarem seus recursos e, conseqüentemente, para atingir seus objetivos econômicos.

Em harmonia com o Modelo do Ciclo de Vida proposto por Modigliani e Brumberg (1954, 1980), o consumo e a poupança dependem de expectativas de renda para a vida toda, e não apenas da renda corrente. Portanto, o estágio em que se encontra o indivíduo ou a família no ciclo de vida determina o nível de poupança.

O modelo considera que as pessoas tomam decisões diárias tendo em vista a opção entre consumir e poupar, consumir no presente ou poupar para o futuro. A isso a teoria dá o nome de escolha intertemporal, uma suposição chave do modelo é que os indivíduos visam manter um estilo de vida estável (nível de consumo) ao longo de suas vidas. (MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954;1 980).

Quando são jovens, os indivíduos gastam mais do que pouparam porque ganham menos, alimentando uma expectativa de ganhar mais no futuro. Na meia idade, eles atingem o ápice de renda, pagam as dívidas e passam a poupar para a aposentadoria e no período de aposentadoria, utilizam a poupança para satisfazer suas necessidades de consumo (COSTA; MIRANDA, 2013).

Os resultados do trabalho de Gomes (2004) sugerem que o componente cíclico do consumo no Brasil deve-se ao fato de os agentes seguirem a regra de bolso de consumir a sua renda corrente, ou seja, existem outros fatores que interferem a formação de poupança.

No Brasil existe a possibilidade de deterioração das finanças familiares, isso porque a expansão das ferramentas de crédito não é acompanhada da mesma forma que a expansão dos instrumentos de comprometimento e da divulgação dos mesmos (FONSECA; MURAMATSU, 2008).

O Modelo da Renda Permanente, desenvolvido por Friedman (1957), pressupõe que uma parte da renda dos indivíduos é transitória e outra é permanente. A renda permanente consiste na renda média que os indivíduos esperam receber ao longo da vida e a renda transitória são fluxos de renda que os indivíduos não esperam que durem ao longo da vida. Assim, as famílias tomam decisões de consumo e poupança considerando não a sua renda atual, mas sim a renda permanente.

Como no Modelo do Ciclo de Vida, a hipótese da renda permanente implica que o padrão de consumo e de poupança, é relativamente estável ao longo da vida, dependendo da renda permanente do indivíduo. Quando o indivíduo se depara com uma renda acima da renda permanente, o montante é transformado em poupança. No entanto, quando ocorre um choque negativo de renda, o mercado de crédito é utilizado para compensar esta variação e manter o consumo estável (COSTA; MIRANDA, 2013).

Costa e Miranda (2013), ressaltam que nesta teoria, elevações do nível de renda permanente advindas de um maior nível de escolaridade, implicam em maior nível de poupança, mas não necessariamente em aumento da taxa de poupança. Afirmam ainda que, a evidência empírica mostra que há variações na taxa de poupança entre os diferentes níveis de renda.

As melhores opções de investimento e alternativas à poupança muitas vezes não são claras para aqueles que não possuem conhecimento financeiro necessário para a tomada de decisão sobre estes temas.

2.4 Estudos Bibliográficos sobre o Tema

Apresenta-se neste capítulo, estudos sobre o tema educação financeira que utilizaram a bibliometria como método de pesquisa.

Savoia, Saito e Santana (2007) realizaram um levantamento bibliográfico e documental com o objetivo discutir a educação financeira no Brasil. Os autores abordaram visões de autores internacionais e estágios do tema nos Estados Unidos, Reino Unido e no Brasil. Concluíram que, no Brasil persiste a limitação do conhecimento e reduzida experiência dos agentes envolvidos na capacitação financeira. Ressaltaram o importante papel das instituições de ensino na formação da cultura de poupança e na conscientização dos indivíduos para educação financeira. Propuseram cinco ações para auxiliar no engajamento dos agentes públicos e privados no programa de educação financeira no Brasil: a) incentivar a cultura de poupança no país; b) inserir a educação financeira nos programas de ensino; c) desenvolver os conceitos de crédito, investimento e consumo nas escolas, universidades, mídia e outros setores; d) promover a coordenação de esforços entre governo e sociedade e e) monitorar a qualidade dos programas.

Mette e Matos (2015) apresentaram uma revisão de 27 estudos teórico-empíricos, nacionais e internacionais, da área de educação financeira. Buscaram identificar os principais objetivos das pesquisas, a amostra utilizada, a metodologia empregada e os resultados apresentados pelos estudos. Os resultados demonstraram predominância dos questionários e entrevistas para coleta de dados e pesquisas documentais e bibliográficas. Entretanto, os autores que publicam internacionalmente tendem a usar mais ferramentas quantitativas, enquanto os autores brasileiros ainda estão mais restritos às análises qualitativas. Concluíram que o maior desafio está na necessidade de desenvolvimento de programas de incentivo à educação financeira, bem como, da conscientização da população sobre a importância da educação financeira para o desenvolvimento socioeconômico dos indivíduos e nesses países.

Medeiros e Medeiros (2017) analisaram a produção acadêmica sobre educação financeira e finanças pessoais em eventos da Administração, no Brasil, no período entre 2012 e 2014. Foram analisados 33 artigos, para isso, adotaram uma pesquisa bibliométrica, descritiva e bibliográfica. Concluíram que os temas abordados ainda são pouco explorados nos eventos científicos de Administração no Brasil e vêm sendo estudados por um grupo específico de pesquisadores, responsáveis por uma parte considerável das publicações dentro do triênio analisado.

Acosta e outros (2017) analisaram a evolução das publicações acadêmicas sobre educação financeira no período de 2011 a 2015, por meio da bibliometria. Para tanto, utilizaram como base de pesquisa os artigos publicados no encontro anual denominado Seminários em Administração (SemeAd) e identificaram e analisaram 23 artigos. Concluíram que a Universidade Federal de Santa Maria foi a instituição de ensino com maior número de publicações sobre o tema. Identificaram a existência de uma rede de colaboração entre os autores. Afirmaram ainda que, os estudos estão sendo aprofundados, com entrevistas e aplicação de questionários para obtenção dos dados. Além disso, os estudos utilizaram mais os métodos quantitativos, para avaliar o comportamento quanto à educação financeira de diferentes públicos e em diferentes níveis sociais.

Com o objetivo de analisar a Educação Financeira no Brasil, Cordeiro, Costa e Silva (2018), avaliaram os documentos oficiais sobre esse tema, apresentando de forma cronológica desde o seu formal surgimento. Constataram que a Educação Financeira é um tema novo no contexto escolar do Brasil, mas tem se mostrado de extrema importância na construção de uma sociedade mais preparada para enfrentar possíveis situações do dia a dia. Analisaram ainda, uma coleção de livros didáticos e as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o intuito de perceber o grau de importância dada ao tema. Concluíram que os livros didáticos precisam fornecer maior suporte aos docentes e proporcionar melhor orientação financeira aos discentes. Além disso, a Educação Financeira ainda tem muito a contribuir no ambiente escolar e na construção de gerações futuras mais responsáveis quanto às finanças.

Ribeiro, Rizzo e Scarausi (2020) realizaram uma pesquisa científica de caráter exploratório e descritivo, utilizando a abordagem qualitativa e análise bibliométrica no portal SPELL e buscaram identificar publicações pertinentes ao tema educação financeira no período de 2005 a 2019. Foram identificados e analisados 26 artigos. Os autores concluíram que o ano de 2017 obteve o maior número de publicações com cinco artigos publicados. A maioria é de natureza pública, com significativa prevalência de universidades federais e a maioria publicados em periódicos com sede em São Paulo e Rio de Janeiro (estados da região Sudeste). Inferiram ainda que, houve o interesse de pesquisa sobre a Educação Financeira nos últimos anos, evidenciando que o tema vem ganhando espaço nas esferas administrativas e sociais.

3 METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva de caráter bibliométrico que utilizou como fonte de dados os artigos publicados em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) que por sua vez abrange outros bancos de dados como o Google Acadêmico e Scopus. O tema foi sobre educação financeira, delimitado longitudinalmente no período de 2003 a 2018 para compor a amostra.

A delimitação desse período se justifica pela consideração do decreto que instituiu a ENEF no Brasil, em 22 de dezembro de 2010, como referência anual central, a fim de visualizar a evolução dos estudos na área da educação financeira.

Destarte, este estudo se classifica como descritivo quanto ao seu objetivo, uma vez que se propõe a analisar, com base nas publicações nacionais na área de educação financeira disponíveis no portal de periódicos CAPES. Cervo e Bervian (1983) afirmam que a pesquisa descritiva “trata-se do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada”.

De acordo com Cervo e Bervian (1983), essa pesquisa é bibliográfica pois explica um problema a partir da análise de referências teóricas em documentos. E segundo Raupp e Bueren (2004), a abordagem e os resultados desse estudo se classificam como pesquisa quantitativa visto que se aplica ferramentas estatísticas para coleta, tratamento dos dados e conclusões. Segundo Raupp e Bueren (2004), que tal procedimento não se trata de uma alta investigação do conhecimento da realidade dos eventos, visto que se preocupa com o comportamento geral das ocorrências.

Segundo Pritchard (1969), bibliometria é a análise estatística de publicações e outros meios de comunicação. Ela se aplica para medir a performance da academia, o padrão de desenvolvimento da ciência, além de ser um campo de pesquisa em si. E de acordo com Zupic e Ater (2015), a bibliometria é o mapeamento da ciência, uma representação analítica do desempenho e mapeamento da ciência avaliando o comportamento dos indivíduos e das instituições juntamente com suas redes, além de estruturar coautoria, palavras chave, periódicos, entre outros.

A pesquisa bibliométrica teve como tema as palavras chave: “educação financeira”, “finanças pessoais”, “poupança e previdência”, “planejamento financeiro pessoal”. E para a citação do referencial teórico foi utilizado um estudo bibliográfico sobre o tema. Para registro dos artigos, foi utilizado o software EndNote X9, que copiou 342 publicações em português, coletados em janeiro de 2019.

O software EndNote X9 ao registrar uma publicação, também registra seu metadados, ou seja, as informações como autor, ano de publicação, filiação acadêmica, palavras chave, área de concentração, páginas, publicador, endereço eletrônico da publicação, resumo, entre outros. Informações necessárias para gerar a quantificação e análise estatística das publicações. Nesse estudo, o EndNote X9 não conseguiu registrar o metadados das publicações utilizadas, fazendo com que tais informações fossem preenchidas uma a uma pelas autoras.

Para desenvolver a pesquisa e alcançar os objetivos propostos, o estudo bibliométrico seguiu algumas etapas, que são baseadas na proposta de Reinert e Barbosa (2014), as quais são: coleta de dados através das bases eleitas, em estudos disponíveis e livres; o levantamento dos dados no período de 2003 a 2018, a fim de visualizar a evolução dos estudos na área da Educação Financeira, utilizando como referência central a implementação da ENEF, ocorrida no final de 2010; busca das palavras chaves; por último a utilização dos indicadores bibliométricos para análise de produção científica, sendo este o Indicador de Produção Científica que, para Kobashi e Santos (2006), envolve a contagem do número de publicações por tipo de documentos, por instituições, áreas do conhecimento, país, entre outros.

Seguindo essas etapas, realizou-se a quantificação dos trabalhos publicados na base de dados da CAPES. Então foi feita uma análise dos trabalhos que estavam de acordo com os termos procurados, com o objetivo de identificar os padrões e as tendências das publicações científicas concernente à educação financeira.

Os padrões podem ser dados como critérios para inclusão/exclusão das produções a esta bibliometria, em que se destaca: a publicação estar entre os anos 2003 e 2018, o tema do artigo ser educação financeira, a língua de publicação ser o português e estar inserido na base de dados da CAPES.

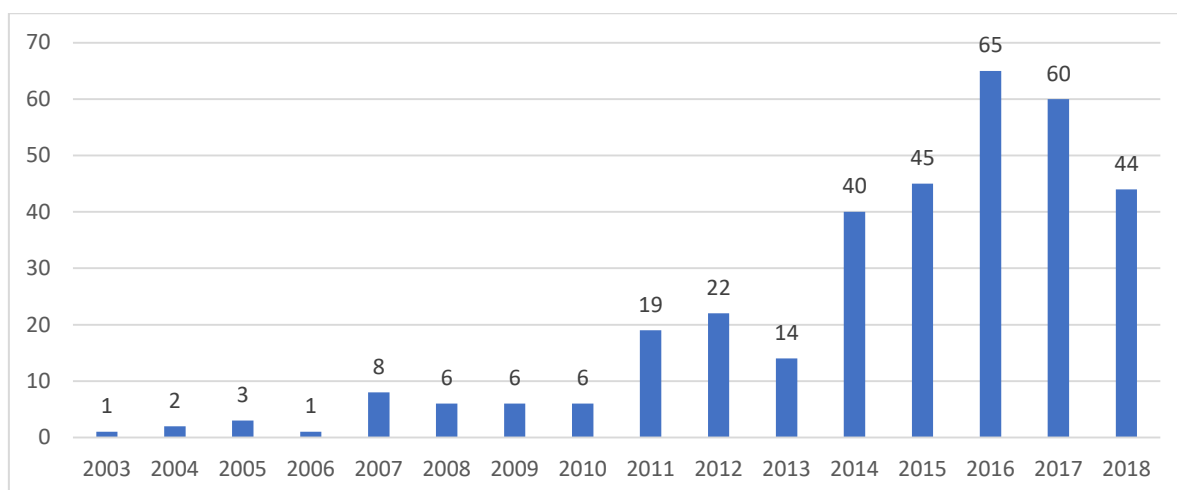
Com o intuito de caracterizar os trabalhos publicados, os dados estão apresentados em forma de gráficos e figuras. Para tanto, os resultados encontrados são demonstrados na próxima seção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Com a finalidade de realizar o levantamento acerca da produção acadêmica sobre educação financeira no Brasil, após a realização da busca nas publicações no período de 2003 a 2018, com os termos pesquisados “educação financeira”, “finanças pessoais”, “poupança e previdência”, “planejamento financeiro pessoal”, foram encontrados 342 trabalhos relacionados ao tema.

No Gráfico 1 pode ser observada a evolução das publicações acadêmicas sobre o tema, no período delimitado deste estudo.

Gráfico 1 - Distribuição anual de estudos publicados sobre o tema



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2018.

Observando o Gráfico 1, nota-se que no período compreendido entre 2003 e 2010, período anterior a publicação da Estratégia Nacional de educação financeira – ENEF, no Brasil, a média anual de trabalhos publicados sobre o tema Educação Financeira era de 4 trabalhos, número relativamente baixo.

Após o ano de 2010, o número de publicações aumentou consideravelmente, a média anual passou a ser de 38 estudos. Em 2011, foram publicados 19 estudos, seguidos de 22 publicações em 2012. Apesar do ano de 2013 apresentar um total de 14 publicações, resultado inferior ao ano anterior, a partir de 2014, as publicações voltaram a crescer. Notadamente o ano de 2016 apresentou o maior número de estudos, chegando a 65 publicações sobre o tema.

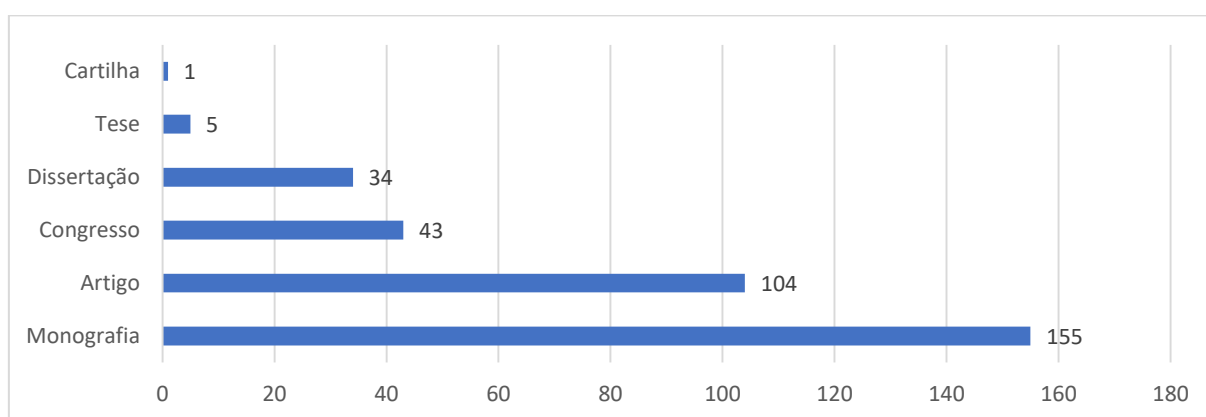
Já em 2018, o número de publicação voltou a apresentar uma queda, podendo ser justificada pelo fato de alguns estudos ainda se encontrarem em processo de publicação, por se tratar do último ano com dados

coletados antes do término desta pesquisa. Diante deste fato, justifica-se novos estudos semelhantes a este, a fim de acompanhamento das publicações sobre o tema.

A evolução das publicações, apresentada na Figura 1, corrobora com o atingimento do objetivo deste estudo, pois demonstra o aumento das publicações, porém não se pode inferir sobre as prováveis causas desse aumento. Ficando como sugestão para estudos futuros a busca de variáveis que poderão explicar essa evolução positiva das publicações sobre o tema, bem como a comparação com a evolução de trabalhos publicados sobre outros temas em Finanças.

Logo em seguida, no Gráfico 2, pode-se visualizar os tipos de publicações dos trabalhos selecionados na base de dados deste estudo.

Gráfico 2 - Distribuição dos tipos de estudos publicados sobre o tema



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2018.

Observa-se no Gráfico 2 que o meio mais utilizado para a realização de estudos acadêmicos sobre o tema Educação Financeira é a monografia, apresentando 155 trabalhos, ou seja, um percentual de 45% do total de 342 publicações realizadas no período analisado. Em segundo lugar, aparecem os Artigos Acadêmicos com 104 trabalhos, importante meio de disseminação do conhecimento, perfazendo 30% do total de publicações. Em seguida, aparecem os trabalhos apresentados em Congressos com 43 trabalhos, representando 13% do total, seguidos pelas Dissertações com 34, pelas Teses com 5 e uma cartilha.

Vale ressaltar que os trabalhos apresentados em Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, somados, apresentam apenas 11% do total de publicações sobre o tema. Sugere-se a intensificação deles, como importantes instrumentos de disseminação da educação financeira no Brasil.

A Tabela 1 apresenta os principais autores e a quantidade de trabalhos acadêmicos publicados sobre educação financeira durante o período pesquisado.

Tabela 1 - Autores e a quantidade de publicações sobre Educação Financeira

AUTORES	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
Gabriel Machado Braldo	10
Suzete Antonieta Lizote	6
Paulo Roberto Sasntana Borges	4
Jéssica Paulino Campara	4
Adilson Rodrigues Campos	4
Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro	4
Lucas Paravizo Claudino	4
Flaviani Souto Bolzan Medeiros	4
Christhian Dyon Krug Acosta	3
José Carlos de Souza	3
Karin Alma Kronbauer	3
Taize de Andrade Machado Lopes	3
Rejane Alexandrina Domingues Pereira Prado	3
Flaviane Costa Silva	3
Miguel Angelo Verdinelli	3
Saulo Fabiano Amancio Vieira	3
Outros Autores (131)	2
Outros Autores (497)	1

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2018.

Conforme a Tabela 1, o pesquisador Gabriel Machado Braido, dentre os demais autores, destaca-se como o autor com maior número de publicações, foram 10 publicações sobre o tema educação financeira, no período de 2003 a 2018, seguido por Suzete Antonieta Lizote, com 6 publicações.

Também fica evidente a grande quantidade de autores que realizaram apenas 1 e 2 publicações sobre o tema. Isso pode ser explicado pelo grande número de monografias, conforme demonstrado no gráfico 2 e demonstra =, também, que o tema educação financeira, vem sendo abordado de forma gradativa pelas instituições de ensino e seus pesquisadores, no Brasil.

Guiada pelo propósito de verificar a evolução das publicações sobre educação financeira, esta pesquisa buscou elencar as instituições de ensino superior que mais publicaram estudos. Para a atribuição das publicações às instituições, contabilizou-se a instituição indicada, por cada autor, no momento da publicação.

A Tabela 2 apresenta as 10 instituições de ensino, vinculadas aos autores, que mais publicaram acerca do tema pesquisado.

Tabela 2 - Distribuição da quantidade de publicações sobre o tema por instituições de ensino

INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
Universidade Federal de Santa Catarina	23
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	20
Universidade Federal do Paraná	16
Universidade do Extremo Sul Catarinense	15
Universidade do Vale do Taquari	14
Universidade Federal do Rio do Grande no Norte	14
Universidade Estadual de Paraíba	11
Universidade Federal da Paraíba	11
Universidade Federal de Uberlândia	10

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 2 foi elaborada baseada na instituição de ensino vinculada ao autor de cada artigo pesquisado. Percebe-se que a Universidade Federal de Santa Catarina se destaca como a instituição que mais publicou trabalhos sobre o tema, totalizando 23 estudos. Seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que também apresentou um número expressivo de 20 publicações. Já em terceiro lugar, com 16 estudos, aparece a Universidade Federal do Paraná. Relacionando esses dados com a revisão da literatura, pode-se supor que nessas instituições existe apoio ou incentivo institucional para tais temas.

Conforme dados analisados, percebe-se que as instituições Federais e Estaduais são grandes órgãos fomentadores da pesquisa na área de Educação Financeira, pois grande parte das publicações advém de instituições públicas. Esse resultado corrobora com os achados de Ribeiro, Rizzo e Scarausi (2020)

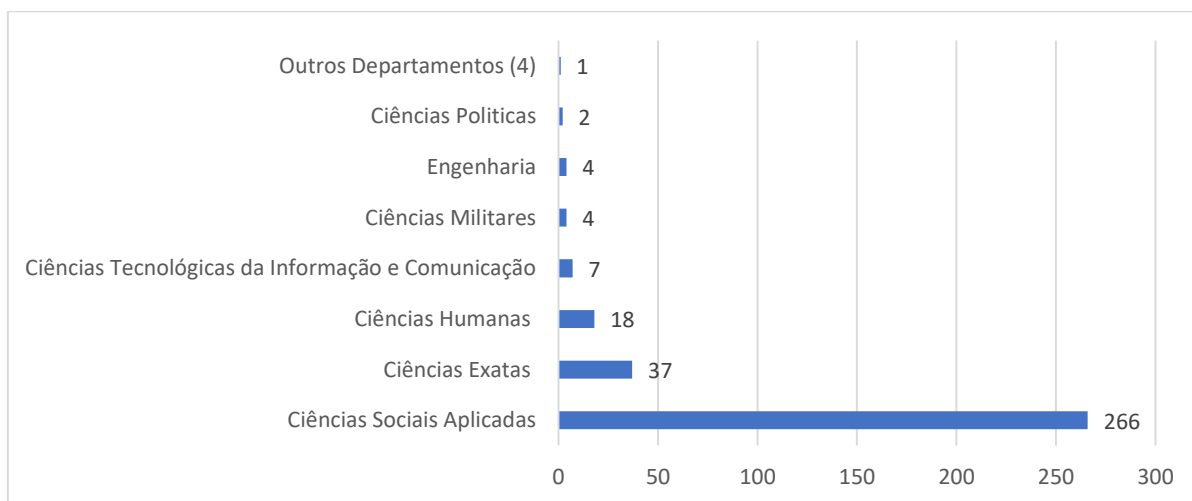
Nota-se ainda que, as cinco instituições de ensino que mais publicaram estudos relacionados ao tema, estão localizadas na região Sul do Brasil. Diante disso, sugere-se pesquisa futura para analisar as motivações destes estudos e se há incentivos de órgãos públicos ou privados para pesquisas sobre o tema na região Sul, além disso, seria interessante pesquisar se existe diferenças entre os conhecimentos financeiros entre as regiões brasileiras.

Destaca-se também a participação das regiões Sudeste e Nordeste do país nos estudos publicados, demonstrando a preocupação com o tema Educação Financeira e indo ao encontro dos pressupostos da ENEF (2010) em difundir esse tema no país. Assim, as instituições de ensino estão desempenhando um importante papel na disseminação do conhecimento financeiro.

Por outro lado, percebe-se que há um número relevante de instituições com apenas 1 publicação sobre o tema, são 74 instituições representando 22% do total de 342 publicações analisadas. Esses dados estão de acordo com a literatura estudada, pois segundo Medeiros e Medeiros (2017), mesmo sendo áreas de grande importância para a vida dos indivíduos e para a sociedade, a Educação Financeira e as finanças pessoais ainda são áreas pouco exploradas no Brasil.

A seguir, no Gráfico 3, são apresentadas as publicações por departamentos das instituições de ensino.

Gráfico 3 - Distribuição dos estudos publicados por departamentos



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2018.

No Gráfico 3 observa-se que os departamentos das instituições de ensino que mais publicaram sobre o tema educação financeira foram os departamentos de Ciências Sociais Aplicadas, com o total de 264 estudos publicados, perfazendo 77% do total.

Com base nas palavras chave mais citadas nos estudos publicados durante o período pesquisado, construiu-se a Figura 1.

Figura 1 - Frequência das palavras chave dos estudos pesquisados



Fonte: Elaborado no site wordart.com pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Na Figura 1 pode-se observar a frequência das palavras chave citadas nos estudos relacionados ao tema. As palavras chave demonstram que existe conexão entre os temas abordados nas publicações analisadas. Em maior destaque apareceram as palavras: Financeira e Educação, seguidas de: Finanças, Pessoais, Financeiro, Planejamento e Pessoal. As palavras chave evidenciam os principais assuntos tratados nas publicações

Algumas palavras que também estão correlacionadas ao tema Educação Financeira e apareceram com uma frequência menor foram: endividamento, orçamento, controle, investimento, administração, familiar e comportamento. .

Dessa forma, com base nas palavras chave dos temas mais utilizados nas publicações, pode-se inferir que a área de Educação Financeira está diretamente relacionada com o comportamento dos indivíduos. A evolução dos estudos nessa área é de grande importância para os indivíduos e a sociedade, pois a mudança de comportamento ocorre de forma gradual. A frequência com que o tema é falado propicia maior contato dos indivíduos com ele. Corrobora-se com Bitencourt (2004) que aponta que os indivíduos sem conhecimento suficiente sobre finanças, têm maiores chances de passar por dificuldades financeiras do que os que detêm algum conhecimento sobre o assunto.

Todavia, apesar da importância da educação financeira e das finanças pessoais para a vida dos indivíduos e para a sociedade, essas são áreas de estudo, dentro das Finanças, ainda pouco exploradas no Brasil (MEDEIROS; MEDEIROS, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o governo instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, através do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Desde então, a educação financeira passou a ser uma política de Estado, de caráter permanente, envolvendo instituições públicas e privadas.

Considerando a importância da educação financeira, esse trabalho teve o objetivo de analisar a evolução das publicações nacionais na área de educação financeira, no período de 2003 a 2018, buscando, especificamente, verificar se houve aumento dos estudos sobre o tema.

Foram identificados e analisados os dados de 342 publicações, no período delimitado. De acordo com os resultados, até o ano de 2010, a média anual era de 4 trabalhos publicados sobre o tema educação financeira, número relativamente baixo. Após 2011, o número de publicações aumentou consideravelmente, atingindo uma média 38 trabalhos anuais. De maneira especial, o ano de 2016 apresentou o maior número de trabalhos, chegando a 65 publicações sobre o tema. Já em 2018, o número de publicação voltou a apresentar uma queda, podendo ser justificada pelo fato de alguns estudos ainda se encontrarem em processo de publicação.

A evolução das publicações corrobora com o atingimento do objetivo deste estudo pois, demonstrou o aumento das publicações, porém não se pode inferir sobre as prováveis causas desse aumento. Ficando como sugestão de estudos futuros a busca de variáveis que poderiam explicar essa evolução positiva das publicações sobre o tema, bem como a comparação com a evolução de trabalhos publicados sobre outros temas em Finanças.

O pesquisador Gabriel Machado Braido, destaca-se como o autor com maior número de publicações, foram 10 publicações sobre o tema Educação Financeira, no período estudado, seguido por Suzete Antonieta Lizote, com 6 publicações. Também fica evidente a grande quantidade de autores que realizaram apenas 1 e 2 publicações sobre o tema. Isso demonstra que o tema educação financeira vem sendo abordado de forma gradativa pelas instituições de ensino no Brasil.

Os resultados apontam que a Universidade Federal de Santa Catarina se destaca como a instituição que mais publicou trabalhos sobre o tema, foram 23 estudos. Seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 20 publicações e em terceiro lugar, com 16 trabalhos, a Universidade Federal do Paraná. Pode-se pressupor que nessas instituições exista apoio ou incentivo institucional para estudos sobre o tema.

Percebeu-se que grande parte das publicações advém de instituições públicas e a região Sul do Brasil é a região responsável pela maioria dos estudos sobre a temática. Destaca-se ainda a participação das regiões

Sudeste e Nordeste do país nos estudos publicados, demonstrando a preocupação com o tema educação financeira e indo ao encontro dos pressupostos da ENEF.

As instituições de ensino vêm abordando a educação financeira de forma mais ampla, porém percebeu-se ainda que há um número relevante de instituições com apenas 1 publicação sobre o tema, são 74 instituições, representando 22% do total de 342 publicações, demonstrando que a educação financeira e as finanças pessoais ainda são pouco exploradas no Brasil.

Além disso, os resultados demonstraram que as palavras chave evidenciam os principais assuntos tratados nas publicações. Essas palavras também estão correlacionadas ao tema educação financeira. Dessa forma, baseadas nas palavras chave dos temas mais utilizados nas publicações, pode-se inferir que a área de educação financeira está diretamente relacionada com o comportamento dos indivíduos. Então, a evolução dos estudos nessa área é de grande importância para os indivíduos e a sociedade, pois a mudança de comportamento ocorre de forma gradual.

O aumento da frequência com que o tema é falado propicia maior contato dos indivíduos com o tema, assim, espera-se que esse contato auxilia no desenvolvimento da disciplina e do conhecimento necessários para o planejamento financeiro e tomada de decisões mais assertiva. Todavia, apesar da importância da educação financeira e das finanças pessoais para a vida dos indivíduos e para a sociedade, essas são áreas de estudo, dentro das Finanças, ainda são pouco exploradas no Brasil.

Enfim, cabem aos pesquisadores acadêmicos, instituições públicas e privadas, o objetivo de contribuir com a evolução dos estudos sobre o tema para assim, propiciar a um número cada vez maior de indivíduos a capacidade de lidar com o dinheiro de forma saudável e sustentável. Diante deste fato, justifica-se novos estudos semelhantes a este, a fim de acompanhamento das publicações sobre o tema. Este trabalho contribuiu para análise da evolução dos estudos sobre educação financeira no Brasil, tema relevante e de fundamental importância no cenário nacional e mundial.

Nesta pesquisa também foi possível verificar algumas lacunas nos estudos sobre o tema. Não se identificou estudos que relatassem conteúdos teóricos e empíricos alinhados, visto ser pertinente a apresentação de soluções ou mesmo ações interativas a fim de intensificar e evoluir o conhecimento sobre o tema. Também não se encontrou estudos que classificassem os perfis dos indivíduos que mais necessitam de Educação financeira.

As limitações deste trabalho ficaram focadas nas dificuldades encontradas na coleta e tratamento dos dados, pois os softwares disponíveis ainda não são capazes de contribuir de forma eficiente para a análise dos dados, exigindo muito trabalho manual por parte dos autores para tabulação e análise da amostra da pesquisa.

Artigo submetido para avaliação em 10/02/2021 e aceito para publicação em 28/06/2022

REFERÊNCIAS

ACOSTA, C. D. K.; FLORES, S. A. M.; RONCATO, P. E. S.; RAMOS, T. J. F. A Educação Financeira na Administração: Estudo Bibliométrico no Período de 2011 a 2015. **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças**, v. 5, n. 1, 2017.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa de Educação Financeira**. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fpef%2Fport%2Fpefpublicoexterno.asp> . Acesso em: 20 set. 2018.
- BERNHEIM, B.D. Rethinking saving incentives. In: AUERBACH, A. (Ed.). **Fiscal Policy: Lessons from Economic Research**. Cambridge, MA: MIT Press. 1997. p. 259–311.
- BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. 85f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BRAGA, I., LOPES, M. d. Literacia como fundamento da cidadania. In: CONGRESSO LUSOCOM, 8., 2009, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2009. p. 1941-1952. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/6807> . Acesso em: 17 dez. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7397-22-dezembro-2010-609805-norma-actualizada-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BRAUNSTEIN, Sandra; WELCH, Carolyn. Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. **Federal Reserve Bulletin**, Estados Unidos, 2002. p. 445-457. Disponível em: <http://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf> . Acesso: 21 dez. 2018.
- CLARK, Robert L.; D Ámbrosio, Madalene B.; MCDERMED, Ann A.; SAWANT, Kshama. Retirement plans and saving decisions: the role of information and education. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 1, n. 1, p. 45-67, 2006.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. 2018. Disponível em: www.cvm.gov.br/. Acesso em: 20 dez. 2018.
- CORDEIRO, N.J. N.; COSTA, M.G.V.; SILVA, M.N. da. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.
- COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. v. 3, n. 3, p. 57-74, 2013.
- FONTE NETO, J. W.; CARMONA, C. U. M. As Finanças Comportamentais e o Mercado Acionário Brasileiro: Evidências do Efeito Pessimismo em Estudos de Eventos com Regressões EGARCH. In: ENCONTRO ENANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ENAPAD, 2006.
- FONSECA, P.; MURAMATSU, R. Economia comportamental e trajetórias de consumo intertemporal – anomalias e evidências do caso brasileiro. **Revista Jovens Pesquisadores**, ano v, n. 9, jul./dez., 2008.
- FOX, J.; BARTHOLOMAE, S.; LEE, Jinkook. Building the case for financial education. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 39, n. 1, p. 195, 2005.
- FRIEDMAN, M.. **A Theory of the Consumption Function**. Princeton: Princeton University Press. 1957.
- GOMES, Fabio A. Reis. Consumo no Brasil: teoria da renda permanente, formação de hábito e restrição à liquidez. **Revista Brasileira Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 381-402, 2004.
- HOFMANN, R. M. **Educação Financeira no Currículo Escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França**. 2013. 330 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.
- HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. **Econométrica**, v. 47, n. 2, p. 263-29, 1979.
- KOBASHI, N. Yumiko; SANTOS, R. N. Macedo dos. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. **Transinformação**, v. 18, n. 1, p. 27-36, 2006.
- LUSARDI, A. Pension Plans and Financial Advice: should companies follow IBM's initiative? **Employee Benefit Plan Review**, v. 62, n.1, p. 16-18, 2007.
- LUSARDI, A. The Importance of Financial Literacy. **NBER Reporter**, v.44, n. 2, p. 13-16, 2009.
- MANDELL, L. **Financial literacy: Does it matter?** New York: University at Buffalo, Abr, 2005.
- MEDEIROS, Natane C.L.; MEDEIROS, Flaviani S. B. A educação financeira e as finanças pessoais sob a ótica da bibliometria: uma análise em eventos da administração no Brasil realizados no triênio 2012-2014. **Revista CESUMAR**, v. 22, n. 2, p.339-362, 2017.
- METTE, F. M. B; MATOS, C.A. Uma análise Bibliométrica dos estudos em educação financeira no Brasil e no Mundo. Maringá: **RIMAR**, 2015.
- MATOS, C. A. ; BONFANTI, K., METTE, F. M. B.d Comportamento do consumidor endividado: um estudo com indivíduos de baixa renda. **Revista Gestão & Sociedade**. v.8, n. 20, p. 670.687, 2014.
- MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, Richard H. Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press. In: KURIHARA, K.K. (Ed.). **Post-Keynesian Economics**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1954. p. 388-436.
- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **OECD's Financial Education Project**. 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/33865427.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2018.
- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. 2005. Disponível em <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf> . Acesso em 20 dez.2018.
- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e Caribe**. 2018. Disponível em [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomendação%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educação%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomendação%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educação%20Financeira%202005%20.pdf) . Acesso em 22 dez. 2018.
- ORTON, L. Financial Literacy: lessons from international experience. **Canadian Policy Research Networks**. Ottawa: Incorporated, 2007. Disponível em: http://oaresource.library.carleton.ca/cprn/48647_en.pdf . Acesso em: 24 out. 2018.
- POTRICH, Ani C. Grigion. **Alfabetização financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas**. 2016. 247 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.
- PRITCHARD, Alan. Statistical Bibliography or Bibliometrics? **Journal of Documentation**. v. 25, p. 348-349, 1969.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- REINERT, Maurício, BARBOSA, Juliana S. K. Open Innovation: uma análise bibliométrica de período de 2003 a 2013. In: ENCONTRO ENANPAD, 38., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENAPAD, 2014.
- RIBEIRO, S. P.; RIZZO, M. R.; SCARAUSI, V. G. S.. Educação financeira sob a ótica da análise bibliométrica embasada no portal SPELL. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.11, n.3, p.34-44, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2020.003.0003>

ROGERS, P.; RIBEIRO, K. C. S.; SECURATO, J. R. Finanças Comportamentais no Brasil: em estudo comparativo. **Revista de Economia e Administração**, v. 6, n. 1, p. 49-68, 2007.

SAVOIA, J R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v.41, n. 6, p. 121-141, 2007.

ZUPIC, Ivan; ATER, T.C. Bibliometric Methods in Management and Organization. **Organizational Research Methods**, v.18, n. 3, p. 429-472, 2015.